



O MINISTÉRIO SACERDOTAL DA MULHER

publicado nas  
"Perspectivas"

MP

junho 1968

Será uma realidade de amanhã a ordenação de mulheres para o sacerdócio na Igreja Católica? - Tal é a interrogação que se põe hoje em muitos círculos, que suscita sempre discussões apaixonadas e que raramente recebe respostas de argumentação convincente. Os apontamentos que se seguem não pretendem sequer ferjar uma resposta - um estudo sobre "o ministério das mulheres" encetado em 1963 e continuado ao longo destes anos é suficiente para fazer sentir a limitação de tempo, de espaço e da própria imprecisão dos conceitos. Daí que deliberadamente se evite a linguagem mais técnica que seria necessária, atese cientificamente mais elaborada que não atingiu ainda o seu ponto de maturidade, a bibliografia exaustiva que se vai acumulando. Este artigo é sobretudo a expressão de uma opinião, que talvez amanhã surja mais claramente delineada e até, porventura, em alguns aspectos modificada.

Enquadramento histórico de problema

A ordenação de mulheres para o ministério sacerdotal é um facto aceite em algumas das Igrejas nascidas da Reforma desde há muitos anos. Assim têm sido ordenadas mulheres nas Igrejas Baptistas (por ex., na American Baptist Convention, na Baptist Union of Great Britain Ireland - desde 1918) em algumas Igrejas congregacionais ( Congregational Union of Scotland, Congregation Union of England Wales, desde 1917) nas Igrejas luteranas ( Igreja da Suécia desde 1959, na Igreja da Confissão de Augsburg de Strasburg, na Igreja Evangélica luterana de França), nas Igrejas Metodistas (Methodist Church of USA), nas Igrejas Presbiterianas reformadas (Evangelical Church of Czech Brethren, United Presbyterian Church in the USA, Dutch Reformed Church, Presbyterian Church of England).

Apesar desta longa lista, a importância de problema até à década de 50 foi relativamente diminuta. Por um lado, trata-se sempre de Igrejas locais, completamente autónomas e cujos meios de comunicação neste domínio eram relativamente reduzidos. Por outro lado, e após-guerra viu as Igrejas preocupadas com problemas imediatos de assistência a refugiados, de pacificação das consciências e, de certa maneira, pouco orientadas para a exploração de novas formas de ministério sacerdotal.

Em 1953, porém, o Conselho ecuménico das Igrejas, publicou o resultado de um inquérito a todas as Igrejas nele integradas sobre os ministérios exercidos por mulheres.

Sucedeu-se a partir dessa data um trabalho constante de estímulo para a es-  
tudo da "cooperação de homem e da mulher na família, na Igreja e na sociedade", cen-  
tralizado em Genebra, e daí difundido para todas as Igrejas do Conselho Escuménico.

Fei neste contexto que começou a levantar-se na Igreja luterana da Suécia  
o problema da ordenação de mulheres para o ministério sacerdotal. A controvérsia te-  
neu então dimensões amplas e profundas. Dada o carácter nacional da Igreja luterana  
na Suécia, o problema envolveu toda a opinião pública. Dada a qualidade teológica  
das personalidades em causa num e neutro pelo do problema, a questão foi tratada com  
o cuidado exegético e científico que merecia. Quando em 1959, o parlamento sueco e o  
sínodo da Igreja luterana decidiram a ordenação de mulheres, servia-lhes de documen-  
tação mais de 350 artigos!

Um novo surto da questão teve lugar <sup>em</sup> ~~à volta de~~ Maio de 1963, quando o Con-  
selho Mundial das Igrejas se reuniu em Montreal e o departamento sobre cooperação des  
homens e mulheres na Igreja, na família e na sociedade apresentou um estudo exaustivo  
sobre o ministério das mulheres nas várias Igrejas pertencentes ao Conselho.

A Igreja Católica não deixou de ser atingida por este movimento para a or-  
denação sacerdotal das mulheres. Dois membros da Aliança de Santa Jeana d'Arc - um  
grupo de cerca de 50 mulheres que representa o último baluarte de movimento feminista  
dentro da Igreja Católica - enviaram ~~uma~~ uma petição aos padres do Concílio para  
que a questão fosse considerada. Também no recente Congresso Mundial de Apostolado  
dos leigos e mesmo grupo se moveu para que se aprovasse uma resolução no sentido de  
que a "actuação das mulheres no ministério sacramental da Igreja" fosse revista.

Entretanto, se até então, em círculos católicos, era rara a literatura sobre  
este problema, pode dizer-se que desde 1964 começaram a proliferar obras de maior ou  
menor vulto relativas à ordenação de mulheres.

#### Enquadramento do problema: contexto socio-cultural

A defesa da ordenação sacerdotal de mulheres para o ministério sacerdotal,  
progressiva nas Igrejas nascidas da Reforma, brusca e limitada na Igreja Católica,  
não pode desligar-se de contexto socio-cultural em que se manifesta.

Aparentemente o nosso século conseguiu a emancipação total da mulher, embora  
ainda muitos estados careçam de aderir às convenções internacionais: foi há muito de-  
finido pelo BIT o direito a salário igual per trabalho igual, de há muitos anos que a  
UNESCO vem lutando pelo igual acesso da mulher à educação e a Comissão da Condição  
Social e Jurídica da Mulher nas Nações Unidas tem procurado resolver problemas tais

como: a fixação de limite para a idade de casamento, a nacionalidade da mulher casada, a não discriminação no exercício de todas as profissões, etc.

Esta emancipação da mulher tem, no entanto, o seu quê de ambíguo; por um lado permanece em muitos países ainda apenas um direito e não uma realidade de facto; por outro lado, parece ter-se alcançado, nos últimos 10 anos, um certo patamar de quietismo e, uma vez atingidas algumas metas indispensáveis para a maioria, não se precureu descobrir se a mulher se sente feliz e verdadeiramente realizada na sociedade em que vive.

Parece-me que esta ambiguidade e a linha ascendente da emancipação que caracterizou e nesse século até à 2ª guerra mundial, não são indiferentes ao fenómeno actual de ministério sacerdotal das mulheres. Importa notar que, se em 1948 já há cerca de 40 Igrejas que concedem a ordenação de mulheres, foi no momento em que o problema se levantou na Igreja luterana da Suécia que ele revestiu maior acuidade. Compreende-se porquê: uma sociedade que concedera à mulher todos os direitos, que igualizara o homem e a mulher no matrimónio e na vida civil, que possuía uma Igreja de Estado, não poderia deixar de, numa lógica jurídica, pôr o problema de igual acesso da mulher e do homem a todas as funções da Igreja, expressão também da vida da nação.

É mais difícil de entender o mecanismo que posteriormente, <sup>a</sup> 1959, levou outras Igrejas a tomarem a deliberação de ordenarem mulheres para o ministério sacerdotal. Basta considerar a ironia <sup>da situação</sup> de um Sínodo da Igreja luterana em França, tomando <sup>a</sup> ~~essa~~ <sup>de ordenar mulheres,</sup> decisão por ~~votos~~, quando nenhuma mulher estava presente no próprio Sínodo!

No mundo das Igrejas nascidas da Reforma há outra razão, de ordem sociológica, que não é legítimo ignorar e que explica a muito menor acuidade do problema na Igreja Católica Romana ou na Igreja Anglicana ou ortodoxa. Nas ~~principais~~ <sup>protestantes</sup> Igrejas <sup>algumas mulhe-</sup> res se dedicaram <sup>se</sup> ao lado do homem, ao estudo da Teologia, sentindo desejo de poderem de alguma maneira, comunicar a Palavra de Deus.

Dado que, por um lado, <sup>aos</sup> ~~esses mesmos~~ teólogos, seus companheiros, nada mais era exigido ~~que~~ de que o curso de Teologia para a ordenação sacerdotal, e dado que, por outro lado, não havia nenhuma forma institucionalizada de expressão, para as mulheres, de seu desejo de serviço da Igreja <sup>de sociedade</sup> ~~e dos homens~~, a reivindicação, por parte das mulheres, de seu direito à ordenação sacerdotal, surgia como consequência lógica.

Hoje, porém, ao contactarmos algumas dessas mulheres, ainda nos damos conta de uma dificuldade latente quanto à sua inserção na sociedade. É raro que lhes seja atribuída uma função de pastor como primeira responsabilidade, na assembleia dos fiéis. Por outro lado, ressentem algumas o problema agudo de seu isolamento e de uma ausência de comunidade que as estimule e que as ajude a realizar a tarefa que escolheram.

É importante notar que em toda a polémica à reda deste tema, (~~polémica~~ houve o ~~bon-viva!~~) não foram em maioria as mulheres que tomaram posição, mas sim os homens que, apaixonadamente, defendiam uma ou outra opção.

É cautelosamente que <sup>o</sup> escrevo, mas não posso deixar de reconhecer, <sup>reinvindicação</sup> <sup>de direitos</sup> para a mulher, feita por homens, uma das características do movimento feminista; por isso pergunto se a ordenação sacerdotal de mulheres, a que assistimos no nesse tempo, não é, de certa maneira, o último surto de movimento feminista...

Poderá epêr-se, sem dúvida, a esta afirmação, a necessidade de adaptação das Igrejas ao mundo em que vivemos e a verificação, já tantas vezes ilustrada, de que a Igreja, em vez de abrir caminhos, parece apenas sentir-lhes a ressaca. Mas parece legítimo perguntar, sem dar uma resposta, se a Igreja está no mundo para seguir, de forma oportunistas as tendências desse mundo, ou se, pelo contrário, a sua missão de atenção aos sinais dos tempos não a obriga a procurar as razões fundas dos comportamentos, das transformações sociológicas, das revoluções culturais. Poderá ser que à Igreja, comunidade dos fiéis, caiba a tarefa de encontrar formas novas em que se expressem os desejos dos homens nesses centenas e em que se denunciem os mitos que os homens sucessivamente vão criando para poderem subsistir.

Fundação Cuidar o Futuro

A carga "emocional" de problema

De notar é que toda a questão da ordenação das mulheres vem carregada de um elemento emocional de que é difícil discernir a importância e o peso. Não são apenas os restos <sup>maciço</sup> do movimento feminista, caracterizando-se por uma igualdade que é identificação ~~maxima~~ entre o homem e a mulher; ~~mas~~ pode tratar-se de elementos muito mais subtis que actuan no jogo das relações sociais.

Com efeito, durante os últimos 10 anos deu-se, no mundo ocidental, um fenómeno de <sup>primeiro</sup> ~~II~~ importância a que pode chamar-se a desmitificação da mulher. As obras, ainda ontem apeteceveis a toda uma juventude, de Gertrude von Lè Fort, Edith Stein ou Paul Claudel, sucederam-se, a uma velocidade incalculável, estudos sociológicos e antropológicos. Assim foi posta em causa a chamada "natureza da mulher", não apenas por se tomar consciência de que essa natureza não é um dado fixe, mas por se levantar a questão da sua própria existência; tomada no jogo das múltiplas relações sociais, a mulher é, não o que queria ser ou que uma abstracta natureza lhe indica, mas a resposta a uma imagem querida e postulada pela sociedade em que vive.

Dada a vulgarização da literatura referente à imagem da mulher na sociedade

e ao carácter de "marionette" que ela tem ao desempenhar os papéis que os outros dela exigem, é inevitável uma reacção, consciente da parte de algumas mulheres, inconsciente da parte de quase todas, reacção que pretende afirmar uma vez mais, a possibilidade da mulher determinar o seu próprio destino e de escolher assim o lugar seu na sociedade. Tal reacção explica a proliferação da literatura sobre a mulher na sociedade, que se tem verificado nos últimos 4 anos.

Nesta análise das imagens da mulher e dos papéis que lhe são atribuídos, assume papel preponderante o relevo dado à antropologia dos sexos. A mulher descobre-se não apenas um ser em si, mas um ser "em relação" e predominantemente em relação com o homem; descobre-se ainda que essa relação a afecta, não apenas na zona exterior do seu comportamento, mas na própria consciência que tem de si própria. Não há, com efeito, quem reduza a antropologia dos sexos ao fenómeno da relação?

Torna-se assim cada vez mais difícil à mulher encontrar o seu próprio caminho e descobrir qual é o seu modo de existir no mundo de hoje. Daí que todas as questões que venham de alguma maneira tocar a sua situação afectem a sociedade como um todo, desencadeando críticas, polémicas, ~~emoção, discussão séria de problema~~, que não são o veículo mais adequado para uma análise séria do problema.

Um problema mal equacionado...

Na verdade, embora a bibliografia existente sobre a questão seja exaustiva, raras são as artigos em que os autores conseguem libertar-se, <sup>um</sup> ~~para~~ da reivindicação que se infiltra neste sector, <sup>entre</sup> ~~que~~ de conceitos tradicionais com pouca relevância para o cerne do problema.

Como se explica que na Igreja Católica, onde a bibliografia sobre este assunto até 1963 era praticamente inexistente, proliferem, ~~de~~ <sup>de</sup> e Concílio, artigos e publicações, que não resistem à tentação de equacionar o problema do lugar da mulher na Igreja em termos da ordenação para o ministério sacerdotal?

Uma primeira explicação decorre das anteriores: os cristãos estão no mundo, são parte do mundo e não lhes chega muitas vezes a luz do Evangelho para serem capazes de discernir o que no mundo é tendência ao crescimento da verdadeira dignidade dos homens e o que é simples manifestação de forças sociais colectivamente desencadeadas. Assim é que, para alguns católicos, às vezes até marginais, se começou a pôr o problema da ordenação sacerdotal das mulheres em continuidade com uma conquista de direitos sociais que progressivamente passaram do direito de voto (mais de 60 países concederam o voto à mulher desde 1945) até à plena igualdade no regime familiar (recentemente

reconhecido em França e ainda por realizar em Portugal) . É certo que esta continuidade de pensamento envolve um conceito de Igreja que é primariamente uma instituição social, tal como a família, a empresa, a escola, a nação e em que, na verdade, o único princípio operativo deve ser o da plena igualdade de todos os homens, qualquer que seja a sua raça, sexo, ou crença, como afirma o artigo 2 da Declaração dos direitos do Homem das Nações Unidas.

Considerada a Igreja como uma <sup>instituição</sup> ~~função~~ sociológica, este raciocínio é perfeitamente válido. Mas não é a Igreja algo mais? Ou melhor, não é a Igreja algo de radicalmente diferente?

Uma outra explicação diz ~~explicita~~ mais directamente respeito à própria evolução interna da Igreja: a *Eclesiology Conciliar* acentua, de forma inequívoca, a figura da Igreja como Povo de Deus. A esta imagem foi dada relevo predominante na Constituição <sup>Lumen Gentium</sup> ~~Li. C.~~ que situou a descrição do Povo de Deus como pano de fundo em que a ~~Igreja~~ se inscrevem os outros capítulos 7 na Constituição da Liturgia, na Constituição Pastoral da Igreja no mundo 8, no Decreto sobre o apostolado dos leigos. <sup>etc...</sup> Para muita gente, porém, o conceito de Povo de Deus significou a afirmação da Igreja como uma "democracia" em que todos os cidadãos têm direitos iguais, em que os chefes emergem das massas, em que a função de autoridade equivale a uma tarefa e não a um dom. Daí que, ao pôr-se o problema da ordenação das mulheres - afirmação de que uma fracção da população da Igreja tem direito ao acesso às mesmas funções que os restantes membros - afirmem-se tenham equacionado simultaneamente (embora em auteres diferentes) a questão do status sacerdotal, e problema da autoridade como delegada ~~maximamente~~ pela comunidade, com suas consequentes recusas de uma função de governo dentro da Igreja.

De resto há nesta inter-relação um paradoxo que escapa com frequência a quem debate o problema: se é preciso "desmitificar" o sacerdote, que razão haverá para criar um novo mito?

Mais funda ainda do que esta explicação é a concepção da Igreja que, manifestando-se sob as aparências de uma ideia "avançada" e "moderna", vem toda ela eivada de um conceito de Igreja de era constantiniana. ←

Pensa-se primariamente na Igreja como uma instituição e, só secundariamente, (se acaso aí se chega) como comunidade dos crentes. Esta Igreja - instituição, embora seja reconhecida como dada por Deus, não deixa de ser vista na estrutura de seu aparelho jurídico, com suas categorias e graus hierárquicos. Daí que o problema do lugar da mulher na Igreja seja identificado com a possibilidade de acesso ao ministério sacerdotal.

A época que atravessamos é, na verdade, um período simultaneamente *pernhe*

de riquezas e gerador de confusões. Surge-nos, por um lado, uma Igreja como Povo de Deus, comunhão viva e dinâmica inserida na história e dela vivendo, sacramento de unidade e sinal mais seguro da esperança entre os homens e, nesta visão, começamos a vislumbrar uma nova dimensão não só da hierarquia mas de todos os ministérios; por outro lado, porém, compromete-se esta visão e a riqueza que dela pode resultar dando um peso desproporcionado ao elemento institucional da Igreja, quando se identifica o lugar da mulher na comunidade eclesial com a sua possibilidade de acesso ao ministério sacerdotal.

A reivindicação da ordenação das mulheres para o ministério sacerdotal envolve uma procura justa de lugar da mulher na Igreja e não podemos ser alheios ao facto, de que, na verdade, as mulheres, embora nos nesses países de maioria cristã encham ~~ainda~~ as Igrejas, são, quasi sempre ainda "menores" como cidadãs do Povo de Deus. Haveria exemplos variados a dar. Alguns, de tão ridículos, são propositadamente deixados na sombra; outros devem ser sublinhados, porque explicam um certo mal-estar que, não tendo a alicerçá-lo um fundamento teológico adequado, vem a explodir nesta reivindicação. Onde está, na verdade, o lugar responsável da mulher na Igreja, quando vemos gravitar em órbitas sucessivas, à volta dos sacerdotes em voga, raparigas e mulheres que, em outros sectores, se manifestam independentes e autónomas? Onde está, na verdade, uma maioria de cidadãs a fazer um trabalho de execução subalterna em tarefas de pastoral, onde a sua contribuição própria seria indispensável? Onde está o carácter adulto das mulheres que procuram resolver todos os seus problemas, não no diálogo com aqueles a quem os problemas dizem respeito (marido, amigos, companheiros de trabalho) mas na subordinação ao conselho de tal ou tal padre? Onde estão as mulheres adultas que, no seio da comunidade cristã, perante sacerdotes ou outros homens, têm a coragem de exprimir a sua opinião, de publicamente a defenderem, ~~ainda que essa opinião as leve a ser~~ <sup>ultrapassando que a tentação da</sup> ~~timidez que se refugia no sorriso que a excessiva confiança em si mesmas que~~ ~~classificadas como reacionárias por uns, como revolucionárias por outros?~~ <sup>se manifesta na apressividade?</sup> Onde estão na Igreja, apesar da proliferação dos grupos que reúnem mulheres, os movimentos autenticamente femininos, isto é, os movimentos capazes de exprimirem, no pensar e no agir, uma maneira de ser própria de estar no mundo, de contribuir para o movimento dinâmico da história?

questão  
Um problema mais amplo: o ministério das mulheres na Igreja

Quem escreve estas linhas já tornou suficientemente clara a posição que toma perante o problema... No entanto, incorreria nos mesmos erros atrás denunciados se não



fundamentasse de forma mais sistemática essa posição. ~~Daí o esboço que se segue, baseado de um estudo feito sobre o assunto.~~

O problema da ordenação das mulheres para o ministério sacerdotal é, a meu ver, um problema mal equacionado. O problema é muito mais amplo e pede <sup>intitular-se</sup> ~~constituir-se~~ "ministério das mulheres na Igreja."

A questão verdadeira não está em ver se a mulher pode ou não exercer as mesmas funções que alguns homens dentro da Igreja. Limitada deste modo, a questão do ministério feminino torna-se paralela, na sua ineficácia prática, à questão que "qualquer homem cristão se pode pôr de saber porque ~~se~~ não há-de ser bispo ou papa". Mais; na história presente da Igreja, nas condições de "menoridade" que ainda ~~se~~ <sup>há</sup> na maioria das mulheres, a questão da ordenação sacerdotal é, dum ponto de vista simplesmente pragmático, um tremendo logro. Não quero afirmar que todas as pessoas de boa vontade que pugnam pela ordenação sacerdotal estejam deliberadamente a ferjar um alibi para um problema muito mais amplo; mas creio que há uma ilusão nesta posição e que seria irresponsável não desmitificar os elementos que a constituem.

Ainda numa linha de argumentação meramente prática e existencial (no sentido de que corresponde aos dados do momento presente), parece-me que o problema mais importante é o de "dar espaço" às mulheres na Igreja, é o de esforço das mulheres para descobrirem os múltiplos ministérios que estão abertos ou que é necessário abrir, é o de "inventar" caminhos que correspondam aos diversos dons.

A interrogação da teologia perante o problema da ordenação de mulheres

Não ignoro, ao fazer estas afirmações, que do ponto de vista teológico, a ordenação para o ministério sacerdotal é um problema em aberto. Os trabalhos com mais interesse publicados nos últimos meses mostram - e de forma irrefutável - que a ordenação das mulheres não encontra na Bíblia nenhuma indicação decisiva. Uma exegese precipitada, leva até, por vezes, a usar os mesmos factos da Bíblia ou os mesmos versículos para provar teses opostas, sendo exemplo clássico Gal.3,28!

Segundo os trabalhos publicados, nada no Novo ou Antigo Testamento se opõe explicitamente à ordenação de mulheres para o ministério sacerdotal. Também nada indica esse caminho.

Parece-me, no entanto, que a exegese bíblica ainda não foi suficientemente completada por uma antropologia que possa dar todo o conteúdo à realidade humana que a Bíblia revela.

Uma consequência fundamental de tal aprofundamento será uma percepção mais profunda da pessoa de Cristo. Se Cristo é um homem histórico, judeu, filho de Maria, nascido em Belém, a sua encarnação limita a expressão da sua humanidade. E se este raciocínio é verdadeiro para a época, a nação, a família, seria precisa não sei que casuística para dele excluir o sexo - Cristo é um homem masculino. Ora já esta afirmação é contestada por exegetas notáveis. <sup>Segundo alguns,</sup> ~~mas~~, Cristo sendo o primogénito de todas as criaturas, conteria em si uma humanidade completa - e, na base de que a humanidade completa está no conjunto homem ~~e~~ e mulher e não, como e mostra a antropologia actual, no homem ou na mulher, concluem que o sacerdócio de Cristo, na forma que implica a sua representatividade histórica, pode ser indiferentemente realizado por um homem ou uma mulher. Outros, porém, argumentam de modo totalmente diferente: e Cristo vive hoje não seria o Cristo da Palestina, mas o Cristo cósmico porque ressuscitado. Daí que a sua representatividade pudesse ser tomada por um homem ou uma mulher. Creio distinguir aqui uma escatologia que se sobrepõe à história e que invalida assim as consequências das premissas - o Cristo ressuscitado vive numa tradição, continua-se num Povo, comunica-se por modos e sinais que, de algum modo, devem nascer da realidade histórica e que se movimentou.

A representatividade de Cristo na pessoa do sacerdote - e aqui a concepção de ministério sacerdotal na Igreja Católica difere radicalmente da concepção existente nas Igrejas protestantes - parece-me exigir que o Cristo, Filho de Deus, mas homem, esteja presente <sup>na celebração de Eucaristia</sup> ~~na comunhão dos crentes~~ através de outro homem. Ponto possível para o estudo sobre o ministério das mulheres na Igreja  
Poderia continuar a desenvolver este aspecto mas não quero deliberadamente entrar na polémica já esboçada. Importante é sublinhar e <sup>conteúdo</sup> ~~aspecto~~ muito mais amplo do ministério das mulheres. Há que esclarecer os dois parâmetros: o modo de ser da "mulher" e o conceito de "ministério". Per um lado, o lugar da mulher na Igreja decorre de que se teria chamado a sua "natureza" e que hoje podemos descrever como a sua forma de "ser e estar no mundo".

O Povo de Deus é basicamente uma comunhão; nesta comunhão, ~~mas~~ homens e mulheres situam-se segundo a verdade de si mesmos. Uma Igreja que fosse primariamente uma instituição, daria prioridade ao papel a exercer, à função a desempenhar, porque seria essa instituição que determinaria o status dos seus membros.

Mas uma Igreja comunhão é uma assembleia feita pelos cristãos, na realidade existencial que assumem. Estes cristãos não são seres humanos definidos filosoficamente de forma abstracta, sem consistência real, neutros, assexuados. É em toda a situação que o cristão concreto é um homem ou uma mulher. Na verdade, a antropologia dos sexos leva a afirmar que a existência feminina ou masculina afecta a personalidade inteira, as suas relações com os outros, a sua relação ao mundo, a sua referência a Deus. Como diz K. Rahner:

num texto de um estudo sobre a masculinidade <sup>na Igreja</sup> "diante de Deus, mais do que não importa quem, está-se presente todo inteiro, nós mesmos e não um outro, com tudo e que somos e temos".

Caminhar para uma compreensão mais funda do modo de ser feminino, quer no pensamento, quer na acção, parece ser um passo fundamental para que na Igreja todos os seres humanos - homens e mulheres - se situem sem complexos e ao máximo desabrochar das suas personalidades. É neste sentido que Gál. 3, 28 pode ser legitimamente invocado: na Igreja, comunhão dos crentes, não há branco nem negro, nem intelectual nem operário, nem homem nem mulher, não porque cada um tenha deixado de ser o que é, mas porque é com aquilo que são que fazem a Igreja.

Ligado a este substratum existencial que ferma a comunidade, é de notar que, nos documentos conciliares, "ao considerar-se a estruturação da comunidade cristã, o <sup>primeiro</sup> valer - <sup>primeiro</sup> em enumeração e <sup>primeiro</sup> em importância - é o da qualidade de discípulos ou de cristãos". Isto significa que o conceito de ministério - tradução latina de grego diakonia (serviço) - não se identifica em <sup>primeiro</sup> lugar às funções que decorrem da dimensão institucional da Igreja, mas é expressão multiforme das relações interpessoais entre os membros do Povo de Deus.

É certo que é difícil chamar a todos esses serviços que constituem o tecido da vida quotidiana um ministério no sentido jurídico claramente definido. Mas como nota o P. Congar, "há no interior da Igreja, um ministério geral, difuso, no qual se exercem simultaneamente quer o sacerdócio real quer o testemunho de profetismo cristão, ministério esse que é algo de extremamente real".

De resto, já na Igreja nascente, os ministérios se desdobraram segundo uma larga gama de funções correspondentes às necessidades da comunidade dos cristãos e ultrapassando o quadro de apóstolado confiado exclusivamente aos doze. Não tem sido possível até agora estabelecer uma distinção teológica <sup>clara</sup> entre os ministérios tão comuns e generalizados na Igreja primitiva: a pregação da Palavra, a administração do baptismo, a celebração da Eucaristia, o conselho e a orientação de pessoas.

O aprofundamento da forma de ser da mulher e as implicações que decorrem <sup>do</sup> ~~este~~ conceito amplo de ministério levam a encarar o ministério das mulheres como uma realidade tão variada quantas são as formas concretas de existência das mulheres cristãs. É evidente que se trata aqui de ministério a exercer a um nível mais profundo - talvez mais ontológico - do que dos ministérios institucionais. Já hoje muitas mulheres se dedicam ao trabalho pastoral que durante séculos se incluiu no ministério sacerdotal. Outras administram sacramentos. Outras proclamam a Palavra de Deus. Mas para além destas

11

formas definidas, há uma multiplicidade de ministérios em que se exprimem os carismas de cada mulher e o carisma que, enquanto mulheres, incarnam na Igreja. Assim, há uma ressonância própria do sacerdócio, do profetismo, da realeza, comuns a todos os cristãos, na vida das mulheres cristãs, exprimindo-se ao nível da família, das instituições sociais, da comunidade eclesial e de todas as formas não estruturadas nas vitais da sociedade.

Através desta pista de reflexão e de acção, poderão as mulheres, pela primeira vez, encentrar, não só na história da Igreja, mas na história da sociedade, um caminho que é seu, de forma original. Mais: esta pista poderá ser precursora de uma linha que actualmente se desenha na investigação teológica e na procura de formas mais livres de apostolado, ~~as formas mais institucionalizadas~~ e que constituem, como acentua o P. Congar, "uma certa linha de um ministério leigo, não institucionalizado, ~~muito~~ muito livre e muito flexível".

Não é esta imagem de uma Igreja - ao mesmo tempo livre e flexível - que queremos trazer ao mundo?

Fundação Cuidar o Futuro